

ESCOLA SEM PARTIDO E EDUCAÇÃO CRÍTICA
SCHOOL WITHOUT PARTY AND CRITICAL EDUCATION
ESCUELA SIN PARTIDO Y EDUCACIÓN CRÍTICA

*Fernando José Martins
**Maridelma Laperuta-Martins
***Noemi Ferreira Felisberto Pereira

RESUMO: Este artigo reflete sobre o Programa Escola Sem Partido a partir da discussão do teórico Gramsci sobre os intelectuais (tradicional e orgânico). Consubstanciada nos estudos de Piaget, a reflexão relaciona o trabalho docente com a formação do senso crítico no processo de ensino e aprendizagem. Assente na convicção de que são sujeitos que escrevem os circuitos da história, influenciados pelo conjunto de relações sociais em que estão inseridos, o escrito defende a tese de que professores são potenciais intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, uma vez que sejam esses que despertam a criticidade nos alunos (dada à noção em Piaget). Essa tese é corroborada por análises de argumentos contidos em redações de vestibulandos que concorreram a uma vaga para diversos cursos de graduação do ensino superior da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – no ano de 2017. A discussão perpassa o conceito de intelectual e suas funções na sociedade, bem como traz o debate para a realidade atual da sociedade brasileira, na qual se vivencia a possibilidade de implantação de um programa que cerceia a liberdade do docente em sala de aula e estreita a criticidade que a educação deve despertar nos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual; Função docente; Educação; Senso crítico.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito garantido constitucionalmente a todo cidadão. Esse é reconhecido por grande parte da população brasileira como um direito legítimo de ser requerido, seja pelo entendimento de possibilitar a emancipação humana, seja por permitir – em poucos casos em virtude das desigualdades que os sujeitos da classe trabalhadora enfrentam – uma ascensão social.

Apesar de raras ocorrências de mobilidade social por via educacional, essa visão instrumental da educação é a mais difundida, principalmente no senso comum, conforme disserta Souza (2013). Esse é um dos eixos que torna a relação educação e economia patente e faz com que grupos de pessoas conservadoras, muitas vezes sem nenhuma formação na área educacional e apoiados financeiramente por grandes empresários e agrupamentos políticos específicos, criem documentos e proponham diretrizes para a educação pública. É nessa esfera

* Docente do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste, campus de Foz do Iguaçu. Doutor em Educação pela UFRGS. E-mail: fernandopedagogia2000@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0001-9924-4678.

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e do curso de Letras, da Unioeste, campus de Foz do Iguaçu. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, campus de Araraquara. E-mail: chomsky1928@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0001-5653-7868.

*** Doutoranda em Sociedade Cultura e Fronteiras pela Unioeste, campus Foz do Iguaçu. Técnica em Assuntos Educacionais na Unila, Foz do Iguaçu. E-mail: noemi.ferreira@unila.edu.br. ORCID: 0000-0003-3841-990X.

que situamos, a exemplo de vários educadores e pesquisadores, o programa Escola Sem Partido (ESP) e propomos discuti-lo a partir da relação inseparável entre o conjuntural e o estrutural. Em outras palavras, fundamentada na relação parte e totalidade concreta. Assim, defendemos a tese que os professores da educação pública são potenciais intelectuais orgânicos das classes subjugadas.

O estudo é de cunho qualitativo e está consubstanciado nas reflexões de Antônio Gramsci (2001), no que diz respeito ao conceito e função dos intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos na sociedade de classes. Além disso, fomos a Piaget (*apud* CARRAHER, 1993) para ratificar que o senso crítico precisa ser desenvolvido nas pessoas e os professores são os principais responsáveis por esse desenvolvimento numa sociedade democrática. E para compreender a emergência do programa ESP na sua relação com a defesa do sistema social vigente, utilizamos os autores Harvey (1992), Souza (2013), Paro (2016), Taylor (1990), Frigotto (2017), entre outros. O artigo está organizado em quatro seções.

A primeira destina-se a problematizar e contextualizar o Movimento ESP. Em seguida, passamos para reflexão sobre os intelectuais e sua função entre as classes sociais e o Estado. A terceira seção culmina na defesa da tese que os docentes são potenciais intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, o que relacionamos com a quarta seção: os argumentos contidos em redações de vestibulandos, cuja temática fora a ESP, evidenciam um senso crítico dos alunos findando o Ensino Médio, que corrobora com nossa tese de que a ESP tem como objetivo acabar com essa potencialidade de intelectual orgânico da classe trabalhadora.

1. O QUE É E PARA QUE VEIO O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO

O movimento ESP, coordenado por Miguel Nagib (advogado e procurador do estado de São Paulo), autodenomina-se uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. Criado oficialmente em 2004, o movimento começou a encontrar espaço para se expandir a partir de 2013, principalmente nas Redes Sociais¹. É definido como uma iniciativa que busca eliminar a contaminação político-ideológica das escolas públicas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. Segundo seus idealizadores, é uma luta “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar” que, entre outros deveres coloca ao professor: a proibição de externalizar suas convicções políticas, ideológicas, religiosas, morais e partidárias: “o professor não fará propaganda político

¹ Com dizeres breves, de cunho conservadores, muitas vezes acompanhados de imagens fortes como um professor colocando minhocas na cabeça “vazia” de crianças e jovens alcançam grande circulação, principalmente no *Facebook*.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.143-156, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6701.

partidária em sala de aula, nem incitará seus alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas”².

Para dar respaldo jurídico e organizar o Estado policial no âmbito educacional, o movimento fez e disponibilizou³ modelos de projeto de lei para ser replicados em todas as instâncias legislativas do Brasil com a finalidade de instituir o Programa ESP, delineando como o professor deve agir na sala de aula, bem como os conteúdos do cotidiano escolar público, além de incentivar a denúncia contra os docentes que problematizarem temas que estejam em desacordo com as convicções religiosas e morais dos pais. Não obstante o movimento auto definir-se apartidário ou imparcial, não se pode cair na armadilha de analisá-lo nessa perspectiva, ou seja, descolado do contexto social, pois ele está contido em um conjunto de relações sociais, que exprime a luta de classes e a disputa ideológica de formas de compreender a educação para a classe trabalhadora.

Embasados em Marx (1982), Harvey (1992), Paro (2016), Souza (2013) entendemos que a produção da vida material na sociedade capitalista é dirigida e organizada em função do lucro e que esse regime de acumulação regulamenta a vida social e política dos indivíduos, além de estabelecer comportamentos com a finalidade de manter o regime de acumulação funcionando. Desse modo, a neutralidade reclamada pelo movimento não existe, uma vez que o ser humano é um sujeito social que sofre as contradições do sistema social em que está inserido, seja para defender sua manutenção, seja para transformá-lo. Assim, só o fato de dizer-se independente das relações sociais nas quais está envolto já permite situar esse movimento ESP na decisão política de esconder para que veio. E, ao analisá-lo em profundidade, conseguimos visualizar suas verdadeiras intencionalidades, quais sejam: a “demonização” dos partidos de esquerda e as bases teóricas que os sustentam; a aversão ao debate; a referência neoliberal para educação; o mascaramento da sociedade de classes. Conforme o texto veiculado pelo movimento:

A doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores. [...] A pretexto de “construir uma sociedade mais justa” ou de “combater o preconceito”, professores de todos os níveis vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para “fazer a cabeça” dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral⁴.

² Disponível em <https://www.programaescolasempartido.org>, acessado em 27/01/2018.

³ Disponíveis em <https://www.programaescolasempartido.org>, acessado em 27/01/2018.

⁴ Disponível em <https://www.programaescolasempartido.org/projeto> acesso em 27/01/2018.

Pelo texto citado, vemos perfeitamente que não se pode discutir política, igualdade e justiça na escola. Ou seja, os professores não podem problematizar questões sociais da realidade. Mas por quê? Porque o debate leva ao conhecimento, a uma leitura autônoma da realidade social, econômica e política do país. Isso pode propiciar questionamentos por parte da classe trabalhadora. Indagações à forma de um sistema social que impõe desigualdades e exploração é um perigo à hegemonia da elite. Requerer direitos negados é estimular a baderna na ótica do programa ESP. Então, os representantes da ordem burguesa, ou os intelectuais tradicionais do capital agem, por meio de um movimento supostamente neutro, reconhecendo o caráter mediador da educação, no sentido de alienar o estudante da escola pública para reproduzir e potencializar a ampliação do capitalismo.

Nesse sentido, “sempre têm interesses de caráter educativo das massas em prol da formação de consenso favorável ao modo de produção capitalista como se fosse o único, último e mais perfeito já existente na face da terra” (SOUZA, 2013, p. 24). É a concepção de escola totalmente instrumental, técnica, conservadora, preconceituosa e do professor instrutor que anula a limitada⁵ possibilidade da escola pública ser um espaço de discussão de concepções científicas e filosóficas que possibilita a formação humana.

Frigotto (2017, p. 29 - 31) argumenta que o programa ESP expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial e introduz “a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos como seres idiotas manipulados. [...] uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde”.

De fato, o programa ESP enfatiza que os estudantes são indefesos e presas fáceis para professores militantes e perpetua as ideias liberais: é normal existir pobreza; homens para planejar e uma massa para executar; a classe trabalhadora precisa ser adestrada, pois ela é incapaz de compreender a ciência. Ou seja, é a ideia do trabalhador com a mentalidade limitada, do trabalhador burro ou do gorila adestrado de que fala o liberal Frederick W. Taylor em “*Os princípios da administração científica*”.

Também é visível o ataque direto ao fazer docente, no sentido de manipulá-lo, desqualificá-lo e, em última instância, de coagi-lo, incitando a denúncia contra aquele ou aquela que, por ventura, desobedeça às obrigações previstas na lei oriunda do programa ESP. Seria por

⁵ Dizemos limitada porque a educação pública já sofre a ingerência de organismos nacionais e internacionais, além de grandes empresas, na determinação do que deve ser ensinado para seus estudantes.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.143-156, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6701.

que o professor é um profissional com potencial para ser um intelectual orgânico da classe trabalhadora? Todavia, antes de discutir as materialidades que nos levam a tal proposição, vamos primeiro discorrer sobre o conceito e a função do intelectual.

2 O INTELLECTUAL E SUA FUNÇÃO NA SOCIEDADE DE CLASSE

As reflexões sobre a categoria intelectual foram desenvolvidas em vários escritos do filósofo italiano Antônio Gramsci. Aqui trabalhamos com o Caderno 12, de 1932, que faz apontamentos para ensaios sobre a história dos intelectuais sempre relacionando a função do intelectual com um todo maior: o mundo real multideterminado.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma formação essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Ancorado na relação “parte totalidade” é que o filósofo explicita que os intelectuais não são seres autônomos e independentes, pois esses têm uma relação mediadora com o mundo da produção que perpassa por todo tecido social e pelo conjunto de estruturas que o compõe. Desse modo, os intelectuais são formados em conexão com todos os grupos sociais, sobretudo, salienta Gramsci, com os grupos dominantes. É a função do intelectual desenvolver e disseminar discursos, políticas, leis, conhecimento com a finalidade de conquistar e manter – seja por convencimento ou coerção – o poder econômico e político a partir de seu pertencimento de classe.

Mas todo e qualquer ser humano é intelectual? A resposta é simples: sim todo homem e toda mulher é intelectual, porém nem todos têm na sociedade a função de intelectuais. Gramsci (2001, p. 18) explica isso da seguinte maneira: o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates. “Por intelectuais, deve-se entender [...] todo estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no campo da cultura e no político-administrativo” (GRAMSCI, *apud* DURIGUETTO, 2014, p. 270). Ou seja, a função do intelectual representa uma elaboração social superior que tem em si a capacidade técnica de dirigente intimamente ligadas: “ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas” (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Nesse contexto é que a categoria intelectual aparece subdividida em tradicional e orgânica. O intelectual tradicional está ligado à conjuntura socioeconômica em decadência ou

a um estágio anterior do desenvolvimento econômico social. “São categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 2001, p. 16), a exemplo dos eclesiásticos que, em grande maioria, sempre foram vinculados a grupos sociais dominantes. Já o intelectual orgânico é agente de mudança. Ele que impulsiona a transformação da realidade. É dotado de uma prática revolucionária que influencia a intencionalidade transformadora. Aliás,

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido de domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 2001, p. 19).

É da relação orgânica entre os intelectuais e os seus pares que nasce a elaboração de uma concepção de vida superior. O intelectual orgânico além de especialista, é dirigente (especialista + político) da classe que representa. Ele tem uma inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente” (GRAMSCI, 2001, p. 53).

Duriguetto (2014), fundamentada em vários escritos de Gramsci, argumenta que aos intelectuais orgânicos cabe a função de operar para a organicidade de pensamento dos grupos sociais nos quais estão ligados, sejam subalternos ou dominantes, representando os interesses dessa classe no conjunto da vida social. Considerando que a realidade vivenciada no mundo hoje é a sociedade de classes – trabalhadores e burguesia – temos, então, intelectuais orgânicos representativos dessas duas ordens. Todavia, pela hegemonia da classe dominante e sua inserção no campo da sociedade civil e no campo da sociedade política/Estado seus intelectuais orgânicos buscam garantir a ampliação do capitalismo não só no campo do discurso e da persuasão, mas também no campo da coerção.

O movimento ESP representa essas duas vertentes (discurso e persuasão/coerção). De um lado, prega a raivosa propaganda de que a escola pública é berço de doutrinação político-partidária, desqualificando tanto a função docente, como o conteúdo escolar (desligado do mundo real e suas contradições). De outro lado, cria mecanismo (lei) para, por meio da coação, perseguir professores e manter um sistema de ensino conservador e ancorado nos ideais da classe burguesa. E por que o ataque é contra a escola pública e aos seus docentes? É porque são os filhos dos trabalhadores que frequentam o sistema público de ensino e são eles que precisam não entender/conhecer a realidade excludente desse sistema social, na ótica da burguesia. Quanto aos professores, a perseguição se desenrola porque os intelectuais do capital estão percebendo, por meio de fatos materiais, que esses não são – pelo menos não em totalidade –

uma categoria profissional ligada aos ideais conservadores e à aceitação do capitalismo sem nenhum tipo de reserva.

2.1 DOCENTE E FORMAÇÃO CRÍTICA: ELEMENTOS PARA O INTELLECTUAL ORGÂNICO DA CLASSE TRABALHADORA?

Docente e formação crítica: elementos para o intelectual orgânico da classe trabalhadora? À função docente é inerente a problematização da realidade para que o aprendizado seja significativo. Quanto mais o docente ligar o conteúdo das disciplinas à materialidade vivenciada pelo estudante, mais efetiva será a construção do conhecimento. Para os ideólogos do ESP essa associação já é uma “doutrinação ideológica”, pois para eles, os professores devem se ater à transmissão de conteúdos de forma passiva e acrítica. E por isso que apregoam “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”⁶. Vê-se, então, negada a liberdade do docente de dirigir seu trabalho, conforme sua visão de mundo, conforme a concepção pedagógica que lhe faz sentido, dissociando o fazer do sentir no trabalho do professor.

Penna (2017) conclui que, na interpretação do movimento ESP, o professor seria a única categoria profissional no Brasil que não teria liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional. Essa investida tão agressiva contra a função docente está relacionada, em nosso entendimento, com fatos que apontam para a potencialidade dos professores serem intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. E a ferramenta essencial para essa condição é o trabalho de educação crítica e a busca por grande parte dos professores para a formação de um senso crítico em seus alunos.

Em geral, essa formação crítica ocorre com mais frequência no campo da esquerda, que é justamente o campo político mais criticado pelos autores e pelos defensores do programa ESP, o autor mais criticado pelo movimento, Paulo Freire, reivindica a criticidade no processo educativo em toda sua obra, bem como os autores mais expressivos que versam sobre o fenômeno educativo. Contudo, o pensamento crítico no aprendizado não é restrito ao campo da esquerda, é quase que uma unanimidade para os cientistas da educação.

Com a finalidade de efetuar uma definição do que exatamente é essa crítica contida na perspectiva educacional, usaremos, intencionalmente, autores que não se alinham necessariamente a uma visão “esquerdista” do processo educativo: o pensamento piagetiano. Ainda que possa parecer desconexa do método e das fontes utilizadas no presente artigo, a

⁶ Disponível em <https://www.programaescolasepartido.org>, acessado em 30/01/2018.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.143-156, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6701.

escolha conceitual não destoia da perspectiva adotada como referência do texto, justamente porque a formação crítica, como já dissemos, é almejada por quase que a totalidade dos educadores.

O professor David Willian Carraher, da área da Psicologia, escreve, ainda na década de 1980, um livro chamado: *Senso Crítico: do dia-a-dia às ciências humanas*. Logo em sua introdução, afirma: “Um indivíduo que possui a capacidade de analisar e discutir problemas inteligente e racionalmente, sem aceitar, de forma automática, suas próprias opiniões ou opiniões alheias, é um indivíduo dotado de senso crítico” (CARRAHER, 1983, p. 17). Essa interpretação coaduna perfeitamente com o objetivo educacional almejado pelos educadores. Ao prosseguir com a afirmação conceitual, o autor recorre às palavras do próprio Jean Piaget que, como se pode constatar, estão muito próximas ao conceito já exposto. Para o pensador suíço, é objetivo da educação:

formar mentes que possam ser críticas, que possam verificar, e não aceitar, tudo que lhes é oferecido. O grande perigo de hoje é o dos chavões, das opiniões coletivas, de modas pré-fabricadas de pensamento. Temos que ser capazes de resistir individualmente, de criticar, de distinguir entre o que foi provado e o que não foi. Portanto precisamos de alunos que sejam ativos, que aprendam cedo a descobrir por si próprios, em parte, através de sua atividade espontânea em parte através do material que lhes apresentamos. Que aprenda cedo a distinguir o que é verificável da primeira ideia que lhes vem a cabeça. (PIAGET, *apud* CARRAHER, 1983, p.17-18)

Essas características citadas como constituídas da educação crítica, ou do senso crítico dos estudantes a ser almejado por essa práxis educativa, é inerente ao que estamos tratando no artigo como educação emancipadora. Não é possível tal práxis sem as condições elencadas no pensamento citado e, muito menos, é possível o exercício docente de um professor que se queira “intelectual” orgânico que não vise à formação do pensamento crítico com as condições citadas.

Essa possibilidade de emancipação da classe trabalhadora é inadmissível para os guardiões do capitalismo, pois é uma ameaça para a hegemonia da classe burguesa. A escola pública, na perspectiva capitalista, não pode mostrar as contradições de um sistema, na qual impera a desigualdade social. Não pode discutir política, questões das minorias; ela tem de estar submissa às necessidades da reprodução capitalista. Eis aí a essência do programa ESP. E os fatos materiais que evidenciam questionamentos e ações dos trabalhadores, bem como de filhos da classe trabalhadora têm como elemento unificador a educação. Sempre com educadores envolvidos de alguma forma. Por isso, temos condições de inferir que o professor tem potencial⁷ para ser um intelectual orgânico da classe trabalhadora.

⁷ Dizemos potencial porque só a história mostrará a transformação impulsionada por meio dos intelectuais orgânicos.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.143-156, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6701.

Essa inferência, os intelectuais orgânicos do capital já consolidaram de alguma forma e buscam cercear o trabalho do docente na escola por meio da lei da mordaza ou Lei do programa ESP. Além disso, essa inferência também é percebida por meio da opinião de estudantes recém saídos do ensino médio, candidatos a uma vaga para o ensino superior na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Esses vestibulandos escrevem o que pensam sobre o programa ESP e ratificam, pelos argumentos utilizados, a relevância de uma escola em que o professor não seja silenciado, conforme veremos no próximo item.

3. ESCOLA SEM PARTIDO: ESCOLA SILENCIADA OU UMA LEI CONTRA O ABUSO DA LIBERDADE DE ENSINAR?

O título desta última seção é o tema que fora solicitado para a composição de uma redação do concurso vestibular da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), realizado no final de 2016, para ingressantes em 2017. A UNIOESTE é uma universidade pública e gratuita do Estado do Paraná que, apesar de ter, há alguns anos, modificado parcialmente sua forma de ingresso, mantém o concurso vestibular como o processo pelo qual metade das vagas é preenchida. Assim, atualmente, os candidatos têm acesso a 50% das vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Governo Federal, selecionados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a 50% das vagas pelo vestibular. Desses 50% do vestibular, 50% são destinados a cotistas⁷.

Faz parte da prova do vestibular a composição de uma redação. Para essa prova, são propostos dois temas – dos quais o concursando deve escolher apenas um, elaborados por professores da própria universidade com formação em linguística, língua portuguesa ou ensino de línguas – cada um correspondente a um gênero discursivo (atualmente: carta do leitor, comentário interpretativo-crítico ou artigo de opinião). O texto a ser elaborado deve, obrigatoriamente, obedecer a esses dois critérios básicos: o gênero e o tema indicados na prova, sob pena de desclassificação.

No final de 2016, os candidatos que pleitearam uma vaga na universidade, pelo vestibular, tinham entre os dois temas à disposição para escolha, um artigo de opinião: “Escola sem partido: escola silenciada ou uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar?”. Com a possibilidade de acesso (pela Diretoria de Concurso Vestibular) às redações escritas⁸,

⁸ As provas dos vestibulandos podem ser usadas para fins de ensino e de pesquisa, conforme aceitação das regras de inscrição no processo seletivo. Disponível em <https://www5.unioeste.br/portaunioeste/publicacoes-2019>, acessado em 13 de janeiro de 2019.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.143-156, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6701.

selecionamos, aleatoriamente, trinta e sete redações de vestibulandos que escreveram sobre a temática e realizamos uma análise dos argumentos nelas contidos.

Importante explicar que o artigo de opinião é um gênero do discurso predominantemente dissertativo, ao qual interessa análise e posicionamento do autor sobre uma situação, a partir de conhecimentos prévios, buscando influenciar ou transformar valores de leitores, por meio da argumentação a favor ou contra determinado fato ou fenômeno (RODRIGUES, 2005). A argumentação é a base para o gênero citado; o uso de argumentos, então, faz-se imprescindível para o desenvolvimento do raciocínio e do posicionamento do articulista diante do fato.

A análise realizada foi de cunho qualitativo, porém com o adendo quantitativo que nos deu um resultado importante: a quantidade de redações com posicionamentos contra e a favor da ESP. A partir, então, da verificação dos argumentos, chegamos ao resultado de que 83% dos textos se mostraram contra a ESP, 9% a favor e 8% nem contra nem a favor.

Abaixo apresentamos algumas análises realizadas nos textos que são contra a ESP. Como dissemos anteriormente, o senso crítico dos estudantes desejado por uma práxis educativa é inerente ao que tratamos no artigo como educação emancipadora. Assim, procuramos nas redações o que evidenciasse (ou não) justamente essa criticidade. Dessa forma, uma palavra que é constante nessas redações é crítica (e suas flexões e variações: crítico, senso crítico, criticidade, pensamento crítico, acriticidade). Ser crítico, ter pensamento crítico está sempre presente nos textos que se posicionam contra o programa:

(F1)⁹: Pensar, questionar, criticar a política ameaça o Estado de tal modo que os fazem criar leis especificando o que se deve e não deve ensinar; (F2): Fim do pensamento crítico, fim da democracia, fim do questionamento. Como é possível que exista uma educação de qualidade sem pensamento crítico?; (F3): Num país coberto de falcatuas, se torna viável tentar silenciar o pensamento crítico do povo para que mudanças no sistema não precisem ser feitas – ideia de “por a escola para dormir” – como se uma venda fosse colocada nos olhos das crianças para que desde pequenos aceitem tudo que acontece e em nenhum momento venham a contestar sobre algo imposto a elas; (F4): Uma escola sem partido é uma escola sem senso crítico, uma escola de alunos analfabetos políticos que não criticam a sociedade atual. (F5): A escola sem partido se torna uma violência contra qualquer liberdade de ensino, pois prejudica a participação do professor na aprendizagem do aluno facilitando para o governo tomar medidas que serão impostas a nos sem qualquer debate.

Além da discussão sobre criticidade já realizada na sessão anterior, no dicionário Aurélio, o léxico “crítica” está ligado a “discernimento”, “apreciação minuciosa”, “julgamento”. Os vestibulandos relacionam essa criticidade, o discernimento sobre as questões/fatos do mundo com a liberdade de expressão, de posicionamento, à liberdade que o professor e o aluno devem ter na sala de aula. Como vemos nas argumentações (F3, F4 e F5),

⁹ (F1) significa fragmento 1; (F2) fragmento 2 e assim sucessivamente.

a contestação de atitudes políticas que podem prejudicar os menos favorecidos, por exemplo, pode não ocorrer com uma ESP. A educação de qualidade (F2) também é relacionada à criticidade, o que não ocorre numa ESP.

(F6): A escola é o lugar ideal para se explanar a respeito de assuntos importantes para a compreensão da sociedade em que vivemos. Debates, análises e leituras de temas em geral são importantes para que as funções cognitivas de cada um formulem opiniões próprias e aprendam o segredo da criticidade e não da reprodução de informações. A sociedade brasileira carrega heranças sócio culturais de conservadorismo e doutrinação, com raízes na literatura quinhentista, através da qual os jesuítas catequizavam os índios; da mesma forma, somos instruídos desde os primeiros anos de vida a seguir as crenças de nossos pais; contudo é na escola que temos a oportunidade de conhecer a pluralidade cultural.

No (F6), podemos observar (além da alusão à criticidade presente também nos outros fragmentos), uma referência ao desenvolvimento das funções cognitivas: o debate, a discussão, leituras de textos diversos são relacionados à inteligência. O fragmento faz ainda uma dicotomia entre o que é aprendido em casa e na escola: a escola seria a responsável pela pluralidade, diversidade das ideias, o que não pode acontecer com uma ESP.

(F7): Não existe ensino sem posicionamento acerca do assunto, pensar em neutralidade na escola é uma ignorância absurda, pois quando se trata de política e causas sociais, a opinião do mestre já está inserida na sua explicação, tentar calá-lo em nome do politicamente correto é jogar no lixo anos de estudo por esse adquirido com tantos problemas com a má valorização do professor e do ambiente escolar, falar em ideologização na escola é rir da cara do brasileiro. (F8): Propostas de lei nessa natureza não procuram nada mais do que implantar ideologias de pensamentos estereotipados, para coagir e reprimir a juventude contra as manifestações de cunho político.

No (F7), percebemos como o candidato vai além da argumentação a favor da liberdade de expressão, criticidade e traz à tona a questão da ideologia que é presente em qualquer discurso, qualquer fala, por mais neutra que se pretenda. A intenção de ser não ideológico já mostra a existência de uma ideologia. Algo semelhante é possível verificar também no F8, quando o candidato afirma que a intenção do programa é “implantar ideologias estereotipadas”. Percebemos a corroboração do candidato às palavras de Manhas (2016), quando expõe as intenções do programa ESP encobertas por uma aparente, falsa, neutralidade:

Não existe neutralidade, quando defendem a “não ideologização”, também estão impregnados de ideologia baseada nas visões de mundo. Os teóricos do Escola Sem Partido advogam a neutralidade e se dizem não partidários. No entanto, suas intenções são claras: a retroação dos avanços que tivemos nos últimos tempos, especialmente com relação aos direitos humanos. (MANHAS, 2016, p. 18)

Como afirmamos anteriormente, temos mais de 80% do total das redações lidas e analisadas com posicionamento contrário ao programa ESP. Seus argumentos, como

exemplificamos, evidenciam o conhecimento que os próprios estudantes têm da relevância de uma escola em que o professor não seja silenciado.

CONCLUSÃO

Podemos considerar notória a relação economia política e educação. Dito de outro modo, é patente a função mediadora que a educação tem com o sistema social seja no sentido de emancipar o educando ou de aliená-lo.

Na perspectiva da alienação, a educação formal é utilizada para produção de consenso e preparação de mão de obra de acordo com as necessidades da classe burguesa. Já a educação emancipatória se desponta como elemento de transformação social, quando tenciona a forma social posta, revelando as incongruências de um sistema social excludente e proporcionando o desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade, por meio do saber historicamente acumulado (PARO, 2016).

Essa criticidade sobre a realidade é extremamente necessária para educandos, desde os anos iniciais da educação básica, até sua completa formação no ensino superior. Pelos argumentos contidos nas redações de vestibulandos (na sua grande maioria jovens recém-saídos do ensino médio), é possível perceber seus ensejos por essa criticidade, não adquirida sem a liberdade de expressão e de opinião dos docentes - potenciais intelectuais orgânicos - em sala de aula.

Nesse contexto, compreendemos quão fundamental é a função desses intelectuais orgânicos que atuam na realidade material como construtores, organizadores e persuasores na defesa ou instituição de determinado projeto social. É no desempenho de sua função especialista intrinsecamente ligada a uma posição política (dirigente) que o intelectual orgânico faz emergir os interesses de classe da qual pertence ou representa.

Diante dessa constatação é que visualizamos o movimento ESP e suas proposições para educação como uma alternativa que congrega esforços para tornar a educação pública espaço exclusivamente de vigilância e controle, acrítica e com a finalidade de manutenção do sistema social vigente, ou seja, a manutenção de uma sociedade de classes que toma como natural as desigualdades existentes.

A própria investida do movimento ESP para com a educação no sentido de estabelecer consenso, mascarando as mazelas sociais e difundindo um clima de suspeição sobre a prática docente e de fazer um instrumento de controle e criminalização da atividade do professor reforçam a ideia de que a categoria profissional docente – dentro de certos limites – tem a

potencialidade para ser intelectual orgânico da classe trabalhadora, podendo construir uma contra hegemonia por via de formação de consciência crítica da grande massa de trabalhadores.

SCHOOL WITHOUT PARTY AND CRITICAL EDUCATION

ABSTRACT: This article reflects on the Program without Party School from the discussion of the theoretical Gramsci about the intellectuals (traditional and organic). In addition, reflected in Piaget's studies, reflection relates teaching work to the formation of critical sense in the teaching and learning process. It is based on the conviction that they are subjects who write the circuits of history, influenced by the set of social relations in which they are inserted and defends the thesis that teachers are organic intellectual potentials of the working class, since they are these that wakes up the criticality in students (due the notion in Piaget). The thesis is supported by the analysis of the arguments contained in the drafting exams to enter a vacancy in higher education at the Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - in 2017. Thus, the discussion goes through the concept of intellectual and its functions in society, as well as the debate about the current reality of Brazilian society, in which the possibility of implementation of a program that limits the freedom of teachers in the classroom and narrows the criticality that education should arouse in students.

KEYWORDS: Intellectual. Teaching function. Education. Critical sense.

ESCUELA SIN PARTIDO Y EDUCACIÓN CRÍTICA

RESUMEN: Este artículo reflexiona sobre el Programa Escuela Sin Partido basado en la discusión del teórico Gramsci acerca de los intelectuales (tradicional y orgánico). Y reflejada en los estudios de Piaget, la reflexión relaciona el trabajo docente con la formación del sentido crítico en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Se basa en la convicción de que son sujetos que escriben los circuitos de la historia, influenciados por el conjunto de relaciones sociales en los que se insertan, y defienden la tesis de que los maestros son potenciales intelectuales orgánicos de la clase trabajadora, ya que suscitan críticas en los estudiantes y la noción en Piaget. La tesis es apoyada por el análisis de los argumentos contenidos en los exámenes de redacción para ingreso a una vacante de graduación en la educación superior de la Universidad Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – en 2017. De este modo, la discusión pasa por el concepto de intelectual y sus funciones en la sociedad, así como el debate sobre la realidad actual de la sociedad brasileña, en la que se experimenta la posibilidad de implementar un programa que limita la libertad del profesor en el aula que puede hacer reducir la criticidad que la educación debe suscitar en los estudiantes.

PALABRAS-CLAVE: Intelectual; Función docente; Educación; El pensamiento crítico.

REFERÊNCIAS

CARRAHER, D. W. **Senso crítico:** do dia-a-dia às ciências humanas. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

DURIGETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, nº 118, p. 265-293, abri/jun. 2014.

FRIGOTTO, G. *A Gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação.* In: (org.) **Escola “sem” Partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 16-34.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.143-156, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6701.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais - o princípio educativo*. In: **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.13-53.

HARVEY, D. *A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX*. In: **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p.115-177.

MANHAS, C. *Nada mais ideológico que a escola sem partido*. In. Souza, A.L.S. et al. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.)**. — São Paulo: Ação Educativa, 2016. p.15-21.

MARX, K. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 1: **O processo de produção do capital**. 7. ed. DIFEL Difusão Editorial S.A., 1982. vol. 1.

NAGIB, M. **Escola Sem Partido - Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar**. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/movimento>>.

PARANÁ. (Estado). **Universidade Estadual do Oeste do Paraná**. Disponível em: <<https://www5.unioeste.br/portalunioeste/publicacoes-2019>>.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2016.

PENNA, F. de A. *A Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional*. In FRIGOTTO, G. (org). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

RODRIGUES, R. H. *Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin*. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTAROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

SOUZA, S. A. de. **Educação, trabalho voluntário e “responsabilidade social”**. São Paulo: Xamã Editora, 2013.

TAYLOR, F. W. **Princípios da administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 1990.